

# *Superior Tribunal de Justiça*

**AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1551454 - PR (2019/0218472-6)**

**RELATOR : MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**  
**AGRAVANTE : L G**  
**ADVOGADO : ALEXANDRE PIMENTEL NEIVA DE LIMA - PR025792**  
**AGRAVADO : S DE F L L**  
**ADVOGADO : CHRYSTINA LANGNER - PR055174**

## **EMENTA**

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS. CONCLUSÃO DO ACÓRDÃO PELA CARACTERIZAÇÃO DO INTERESSE DE AGIR. VIABILIDADE. ASSEGURAR FUTURA AÇÃO DE ANULAÇÃO DE ATO JURÍDICO. AÇÃO DE PATERNIDADE. REVISÃO DO JULGADO. IMPOSSIBILIDADE. MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.

1. O Tribunal de origem, reputando o feito satisfatoriamente instruído, concluiu pela configuração do interesse processual da autora, ora recorrida, no tocante ao ajuizamento da ação de produção antecipada de prova, determinando, outrossim, a quebra do sigilo fiscal em relação às declarações de imposto de renda do réu, ora recorrente. Nesse contexto, ratifica-se não ser possível o acolhimento da insurgência recursal, porquanto a revisão do julgado demandaria a imprescindível incursão no acervo fático-probatório dos autos, o que é vedado pela Súmula n. 7 do STJ.

2. Agravo interno improvido.

## **ACÓRDÃO**

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Nancy Andrighi, Paulo de Tarso Sanseverino, Ricardo Villas Bôas Cueva e Moura Ribeiro votaram com o Sr. Ministro Relator.

Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Moura Ribeiro.

Brasília, 30 de março de 2020 (Data do Julgamento)

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator